

elegibilidade e inelegibilidade

→ CAPACIDADE DE ELEGIBILIDADE:

- capacidade eleitoral passiva: capacidade que o cidadão tem de ser votado, pleiteando mandatos políticos.

- Teoria clássica: tem elegibilidade aquele que reúne as condições fixadas na lei e não incorre nas causas de inelegibilidade.

- A elegibilidade é o direito subjetivo de ser votado. É o preenchimento de determinados requisitos exigidos pela CF ou por lei ordinária.

- A inelegibilidade compreende o conjunto de impedimentos que, se não forem afastados, obstam concorrer a eleições, ou se supervenientes ao registro ou se de natureza constitucional, servem de fundamento a impugnação da diplomação.

→ CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE: art. 14, § 3º CF

- nacionalidade brasileira
- pleno exercício dos direitos políticos
- domicílio eleitoral na circunscrição
- filiação partidária
- idade mínima

→ idade mínima:

- Pres. da República e Vice-^{Presidente, ou Senador} Governador de Estado ou DF: 35 anos
- Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito, vice- Prefeito e Juiz de Paz: 21 anos
- Governador e Vice- Governador de Estado ou DF: 30 anos
- Vereador: 18 anos

- CAUSAS DE INELEGIBILIDADE: são impedimentos que obstam o exercício da capacidade eleitoral passiva.

- inelegibilidades cominadas: decorrem da prática de atos ilícitos e preveem uma sanção.

- inelegibilidade inatas: não decorrem de atos ilícitos, mas estão previstas no ordenamento jurídico a fim de preservar o equilíbrio das disputas eleitorais.

→ Espécies de inelegibilidade:

- **relativa:** decorrente de motivos funcionais do cargo ou parentesco.
- **absoluta:** válidas p/ qualquer cargo

→ HIPÓTESES DE INELEGIBILIDADE: art. 14, § 4º CF

- **inalistáveis:** Estrangeiros e conscritos. Acrescentam-se os menores de 16 anos e os que perderam ou tiveram suspensos os direitos políticos.
- **analfabetos.**

art. 14, § 6º CF → trata-se de reeleição p/ cargos do Executivo:

- Membros do Poder Legislativo sempre podem ser reeleitos
- prefeito não pode se candidatar uma 3ª vez em outro município

LEI COMPLEMENTAR 64/90 → outros casos de inelegibilidade